

Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, de Marcelo Lopes de Souza



SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Cláudio Smalley Soares Pereira

✉ clasmalley@hotmail.com

No atual contexto de fragmentação do conhecimento científico, que Moreira (2008) chamou período da *ultramodernidade e tendência pluralista*, é sempre notório quando um autor ultrapassa os limites de sua própria especialidade dentro de um determinado campo do conhecimento científico. Este é, certamente, o caso de Marcelo Lopes de Souza no seu livro: *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, lançado no ano de 2013.

Para quem tem certa familiaridade com a sua obra, deve ter percebido que Souza, nos seus escritos sobre planejamento urbano, cidade e movimentos sociais urbanos, sempre tem o cuidado de explicar o sentido e o significado das palavras usadas, às vezes no próprio corpo do texto, às vezes em longas e densas notas de rodapé. Os conceitos são, assim, de fundamental importância para o autor.

O livro em questão ajuda a preencher uma lacuna no pensamento geográfico brasileiro. Desde a publicação do famoso *Geografia: conceitos e temas* (CASTRO; GOMES; CORREA, 1995), não era publicado no Brasil uma obra que tivesse como preocupação tratar os conceitos que dão sustentáculo às pesquisas que têm o espaço como dimensão fundante. Ainda que o livro tenha como alvo principalmente os

geógrafos de/em formação e que trate de “um elenco reduzido de conceitos básicos” (p. 17), o livro é endereçado a todos aqueles que se preocupam com as questões espaciais, desde sociólogos e antropólogos, até economistas, historiadores, arquitetos e urbanistas.

Resultado de uma “disciplina guarda-chuva” chamada “Tópicos Especiais em Teoria e Método em Geografia”, ministrada por Souza durante algum tempo no curso de Graduação em Geografia da UFRJ, o livro está dividido em 11 capítulos dedicados à discussão de conceitos que são “todos, diretamente espaciais” (p. 17).

A discussão inicia-se pelo conceito de espaço geográfico, espaço social, organização e produção do espaço (capítulo 1). Recorrendo a cada um por uma série de aproximações, o autor avança pouco a pouco na explicação dos conceitos e na diferenciação entre eles. Depois de uma breve discussão a respeito da própria Ciência Geográfica do ponto de vista epistemológico (dicotomias, geografia física e humana...) o autor chega à ideia de espaço geográfico como algo mais amplo que o espaço social, este sendo uma qualificação daquele. Se o espaço geográfico inclui “facetas da *primeira natureza*’ e da *segunda natureza*” [sendo] portanto, um espaço verdadeiro e densamente *social*” (p. 29), o espaço social “equivale a uma qualificação do espaço geográfico”, sendo mais específico e central. Derivados de espaço social são a *organização espacial*, que constitui-se como os objetos criados ou não pelo homem, não podendo ser reduzida somente à materialidade do espaço, e a *produção do espaço*, indeslocável do pensamento de Henri Lefebvre (1974), referir-se-ia à (re)produção tanto da materialidade do espaço como, também, “produção simbólica e de relações de poder” (p. 41).

No segundo capítulo, o autor se debruça no conceito de paisagem a partir de autores como Troll, Hartshorne, Duncan e Duncan, Cosgrove, Santos e outros. A paisagem é tradicionalmente tratada na Geografia como “o espaço abarcado pela observação do pesquisador” (p. 44), influenciado, sobretudo, pelo diálogo com as artes plásticas. Da paisagem enquanto forma, aparência e essência (explorada sobretudo na corrente marxista), o autor chega ao debate em torno da paisagem como uma integradora das relações sociedade-natureza e como uma condicionadora da nossa sociabilidade. Afirma, ainda: “a paisagem é uma forma, uma aparência — e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a nossa própria limitação mental faça disso algo ruim” (p. 51).

O substrato espacial material é o conceito do capítulo 3. Souza parte do debate do conceito de sítio e chega ao conceito de “ambiente construído”. Ressalta que a “natureza primeira” e a “natureza segunda” apareciam na geografia de Élisée Réclus em torno do conceito de *meio*. O sítio ainda é relacionado à ideia de

“posição”, principalmente nos geógrafos “clássicos”, e somente nos anos 1970 e 1980 é que a ideia de “espaço social material” ajuda a entender o que é o substrato espacial material (“sinônimo de ambiente construído” [p. 65]). Os exemplos são as reestruturações e refuncionalizações, resultantes de fatores econômicos, políticos, ideológicos, culturais. O central é entender que o substrato espacial material “condiciona as relações sociais em si mesmo” (p. 74).

Território e desterritorialização são os conceitos do quarto capítulo, o qual o autor inicia retomando o texto de Souza (1995). Em seguida, após esclarecer alguns mal entendidos a respeito do texto de 1995, ele faz uma incursão sobre a questão do poder (principalmente em Hannah Arendt) e recorre a Foucault (com críticas, inclusive) e a Castoriadis. O importante é ressaltar que o território é diretamente relacionado com o poder, sendo, portanto, fundamental analisá-lo para além do substrato espacial material, englobando processos e dimensões que vão desde a econômica, a cultural e, sobretudo a política. Assim, desterritorialização e reterritorialização são tematizados e discutidos no âmbito da projeção das relações de poder no espaço (p. 102) e vistos (junto com o território) como analisáveis em “diferentes escalas e situações” (p. 105).

No quinto capítulo o enfoque é o lugar e a (re[s])significação espacial. O conceito de lugar que interessa mais o autor é o da perspectiva do “espaço percebido e vivido” (p. 114). Trabalhando com uma crítica à supervalorização do lugar, que o tornou “geograficamente vago” (p. 111) do ponto de vista conceitual, Souza dialoga com uma bibliografia internacional respeitada (Tuan, Oslender, Massey, Relph, Harvey...) e discute, além de lugar, as ideias de “lugarização”, “deslugarização”, “relugarização”, fazendo críticas à ideia de “não-lugar”. Questiona-se, também, se o lugar pode ser tratado em diversas escalas ou se podemos falar de “diferentes níveis de lugaridade” (p. 127), posição pela qual o autor argumenta favoravelmente.

A região, o bairro e o setor geográfico comparecem no capítulo 6. Com uma análise crítica da obra de Yves Lacoste e de Françoise Perroux, o autor se debruça em torno de diversas polêmicas e usos comuns da palavra região, mostrando que a discussão é ampla e requer cuidado, incluindo-se a questão escalar. O bairro, para Souza, é um espaço de “subjetividades compartilhadas” que é composto por três conteúdos: o composicional (objetivo), o interacional (indivíduo[s] e grupo[s]) e o simbólico (imagem), sendo menor do que o setor geográfico, que pode abarcar diversos bairros “com características próprias e ‘personalidade’ definida” (p. 159).

O conceito de rede é abordado tendo como ponto de partida a crítica da ideia de “novidade” a respeito do debate da rede (capítulo 7). Esse conceito foi

trabalhado por diversas disciplinas, tanto das ciências naturais como das sociais. O autor recupera a contribuição de geógrafos sobre o tema das “redes geográficas” (p. 167) e de sociólogos, ainda que estes últimos, mesmo tratando de temas “esquadrinhados pelos geógrafos”, em grande parte “desespacializam” as redes sociais (p. 169). O autor argumenta na perspectiva que as redes, tal como a espacialidade, não se reduzem à materialidade.

Quanto à questão da escala (capítulo 8) e seus temas correlatos (“políticas de escala” e “construção social da escala”) o avanço foi significativo, tornando-se conceitos dentre os mais debatidos pelos geógrafos. Souza parte de uma diferenciação básica, entre “escala cartográfica” e “escala geográfica”, optando pelo debate desta última. Entende que a escala geográfica pode ser subdividida em “escala do fenômeno”, “escala de análise” e “escala de ação” (p. 181). Recuperam, então, os principais autores do tema, entre eles Lacoste, Racine, Bahiana, Castro, Harvey, Martson, entre outros. Finaliza a discussão propondo uma tipologia de escalas que, segundo o próprio autor, está “sujeita a vários aperfeiçoamentos” (p. 199) e criticando a ideia de Martson de que “o raciocínio escalar seria intrinsecamente hierárquico-autoritário”.

No capítulo 9 Souza trata de um tema pouco discutido pela pesquisa sócio-espacial: os “termos nativos”. Inicia pela relação entre o conhecimento científico e os outros saberes, como o senso comum, passando, em seguida, para a discussão propriamente sócio-espacial, que se dá em torno das *noções* de “pedaço”, debatido por antropólogos, e de “cena”, debatido por geógrafos. Talvez o mais importante seja o alerta feito pelo autor, da necessidade de valorizar criticamente os “termos nativos” e investigar “como certas palavras são utilizadas, e em quais circunstâncias e por quais agentes” (p. 219).

As práticas espaciais, conceito que é pouco trabalhado na geografia, ainda que seja, paradoxalmente, muito citado, é discutido no capítulo 10. O autor resgata a contribuição fundamental de Henri Lefebvre (1974) para o conceito, mas o toma apenas como ponto de partida, “sem preocupações [d]e fidelidade” (p. 239) com o seu pensamento. Assim, o autor propõe que “toda prática espacial é uma prática social” (p. 239), mas argumenta que nem toda prática que é espacial deveria ser chamada de “prática espacial”, esta cabendo somente àquelas práticas que são “densas de espacialidade” (p. 246). Discute, também, a contribuição do sociólogo Max Weber sobre a “ação social”, e depois a “teoria da estruturação” de Anthony Giddens. Ao final do capítulo, o autor aponta que as práticas espaciais ajudam a entender os movimentos sociais.

O último capítulo é dedicado a uma contribuição do próprio Souza, o

conceito de “desenvolvimento sócio-espacial”. Neste capítulo, Souza retoma discussões feitas anteriormente sobre o conceito em tela. Analisa o conceito de “desenvolvimento” e procura em muitos momentos diferenciar o “desenvolvimento sócio-espacial” dos demais “desenvolvimentos” (econômico sustentável, etc.). Para o autor, o desenvolvimento sócio-espacial refere-se “a um processo de enfrentamento da heteronomia [poder de cima para baixo, simplificada] e tendo a autonomia como um *horizonte de pensamento e ação*” (p. 275). A vinculação com o pensamento do filósofo Cornélius Castoriadis deixa claro o engajamento do conceito às ideias de autonomia. Afirma, ainda, a necessidade de pensar o desenvolvimento em sua dimensão espacial em múltiplas escalas. Por fim, o autor cita exemplos de “práticas espaciais insurgentes” e “territórios dissidentes” que desafiam a heteronomia mostrando que é possível construir territórios de “experimentação anti-heterônoma” (p. 300) que seriam laboratórios da autonomia.

Sobre o livro de forma geral, ao menos dois comentários precisam ser feitos. O primeiro é que os conceitos não são tratados isoladamente em cada um dos capítulos, de forma estanque. Cada conceito é relacionado com os outros nas discussões dos capítulos, o que dá uma unidade ao pensamento do autor ao longo do desenvolvimento de cada um dos conceitos. Assim, observamos que os conceitos podem ser relacionados entre si, mas com cuidado no que se refere às perspectivas teórico-metodológicas e teórico-conceituais.

O segundo comentário diz respeito a um interessante “equilíbrio” entre os conceitos “tradicionais” e os “novos”. Ainda que chamados de “básicos” pelo próprio autor, são pouco conhecidos os conceitos de práticas espaciais, substrato espacial material, desenvolvimento sócio-espacial, termos nativos, e eles figuram ao lado dos tradicionais: espaço geográfico, lugar, território, região, rede, escala. O autor não hesita, inclusive, em relacioná-los entre si no decorrer dos próprios capítulos.

O livro de Marcelo Lopes de Souza é claramente um exemplo de que é possível ir além das especializações estritas promovidas e valorizadas no âmbito do conhecimento científico atual. A leitura do livro é fundamental para geógrafos e não geógrafos interessados nas discussões acerca da dimensão espacial da sociedade e seus conceitos.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa;

CORREA, Roberto Lobato (org). *Geografia:*

- Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p 77-116.
- _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

* * *

Sobre o autor da resenha

Cláudio Smalley Soares Pereira: licenciado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus Presidente Prudente, onde atualmente desenvolve seu doutorado.

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>